

CNMP recebe pedido de intervenção em caso do fundo bilionário

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) recebeu um pedido de providências em relação à tentativa da força tarefa da operação "lava-jato" de criar um fundo bilionário com dinheiro da Petrobras.

A requisição junto ao CNMP foi feita pelo advogado **Benedito Silva Júnior** e já foi distribuída para relatoria de Dermeval Farias Gomes Filho. O autor da petição afirma que a Petrobras já havia feito acordo com os Estados Unidos e o dinheiro viria para o Brasil de qualquer forma — o MPF entrou na história sem necessidade.

O advogado também afirma que a vítima, que é a Petrobras, será a responsável por pagar pelos resultados dos crimes, "mesmo sendo claro que já implementou medidas para evitar novos casos de corrupção".

"Ante evidência de usurpação de competência e invasão de poder, provocado pelos demandados, ignorando as limitações constitucionais que foram conferidas ao Ministério Público, além da proposta de criação de fundo, requiero a este conselho intervenção enérgica", afirma o advogado.

MPF, o gestor bilionário

A fundação em questão iria surgir do litígio entre Petrobras e Estados Unidos da América. Acusada pelo Tio Sam de fraudar o mercado de ações, a empresa teria que pagar taxas milionárias ao país. Em vez disso, [fez um acordo](#) no qual esse dinheiro seria investido na criação de uma fundação no Brasil, com o objetivo de organizar atividades anticorrupção.

Em troca do dinheiro ser repatriado, a Petrobras assinou um documento no qual se compromete a repassar informações de seus negócios e inovações para os EUA. Até mesmo a formação da diretoria da empresa teria de ser avalizada pelos norte-americanos.

O acordo até então era entre Petrobras e EUA. Não citado, o MPF [demonstrou que estava por trás](#). Chamou para si a tarefa de criar a fundação, estabelecendo como seria o processo e se garantindo assentos de direção na entidade. O documento que estipula tudo isso é do MPF e foi homologado pelo Judiciário.

Diante da repercussão, o MPF [anunciou a suspensão](#) da criação da fundação e afirmou que irá consultar a Controladoria-Geral da União e o Tribunal de Contas da União para saber como prosseguir.

Processo 1.001183/2019-08

Date Created

13/03/2019